



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível

*Desembargador Ricardo Paes Barreto*

148  
m

240

**Apelação cível nº 195216-7 - Comarca do Cabo de Santo Agostinho**  
**Apelante:** EMBRAMAN - Empresa Brasileira de Manutenção Ltda.  
**Apelado:** Município do Cabo de Santo Agostinho.

5510

**EMENTA:** ADMINISTRATIVO. SEGURANÇA DENEGADA. REMESSA OFICIAL. DESNECESSIDADE. INSUFICIÊNCIA DE DOCUMENTOS. INSCRIÇÃO MUNICIPAL. SUSPENSÃO. AIDF. INDEFERIMENTO. 1. Em sede mandamental, a remessa oficial somente se faz cabível no caso de sentença concessiva do *mandamus*. 2. O *decisum a quo* lastreou-se na falta de documentos comprobatórios do direito alegado, não autorizando, desse modo, a emissão de documentos fiscais por parte da apelante. 3. Ademais, encontrando-se suspensa a inscrição municipal da empresa recorrida, correta a decisão de primeiro grau que, por questão de cautela, indeferiu a AIDF (Autorização para Impressão de Documento Fiscal), com fundamento no art. 7º do Decreto Municipal nº 055/2006. 4. Apelo improvido unanimemente.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação cível nº 195216-7, acima referenciada, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em sessão de 10/12/2009, no sentido de negar-lhe provimento, nos termos do voto, da ementa e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 25 de janeiro de 2010

*Des. Ricardo Paes Barreto - Relator*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

192  
241

**Apelação cível nº 195216-7 - Comarca do Cabo de Santo Agostinho.**  
**Apelante:** EMBRAMAN- Empresa Brasileira de Manutenção Ltda.  
**Apelado:** Município do Cabo de Santo Agostinho

**RELATÓRIO**

Cuida-se de apelação cível em face de sentença que denegou a segurança que objetivava instar a municipalidade a autorizar a impressão de notas fiscais, extinguindo o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, VI, do CPC, por insuficiência de documentação comprobatória do direito alegado.

Em suas razões, de fls. 157/161, pugna pela reforma do *decisum*, ao argumento de que o juiz *a quo* não procedeu à remessa oficial do feito, necessária nas hipóteses em que é parte a fazenda pública, pugnando ainda pela ativação da inscrição municipal da empresa, ante a inexistência de pendências administrativas ou tributárias hábeis a obstar o pleito.

Contrariedade de fls. 169/172, pela manutenção do julgado pelos seus próprios fundamentos.

Parecer da douta Procuradoria de Justiça de fls. 187/189, pelo improvimento da apelação, negando-se por consequência, a segurança impetrada.

É o relatório.

Inclua-se em pauta para oportuno julgamento.

Recife, 23 de novembro de 2009

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível

*Gabinete Desembargador Ricardo Pires Barreto*

150

m

242

**Apelação cível nº 195216-7 Comarca de Cabo de Santo Agostinho.**

**Apelante: EMBRAMAN- Empresa Brasileira de Manutenção Ltda.**

**Apelado: Município do Cabo de Santo Agostinho.**

**VOTO**

Entendo não merecer reforma o julgado em questão senão vejamos.

De imediato cumpre observar que, na hipótese de ação mandamental, a remessa oficial só se faz necessária no caso de sentença concessiva de *writ*, o que não se deu no caso concreto.

Neste sentido confira-se a jurisprudência.

PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. SENTENÇA DENEGATÓRIA. DESISTÊNCIA DO RECURSO. - Não se conhece de apelação em mandado de segurança quando a parte impetrante pede a desistência do recurso por ela interposto - A sentença denegatória não se submete ao duplo grau de jurisdição. - Apelação não conhecida (TRF5, MAS 92127/PE, T4, Rel. Des. Marcelo Navarro, DJ 15/04/2008).

ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA - ENSINO SUPERIOR - SENTENÇA DENEGATÓRIA DO "WRIT" - DESNECESSIDADE DE REMESSA OFICIAL 1. Denegada a segurança pelo juízo de 1º grau e não havendo recurso voluntário, desnecessária é a remessa oficial, uma vez que o duplo grau de jurisdição só é admissível no caso de sentença concessiva do "writ". 2. Inteligência do art. 12, parágrafo único, da Lei n.º 1533/51. 2. Remessa oficial não conhecida (TRF3, REOMS 226015, T3, Rel. Des. Nery Júnior, DJ 17/12/2003).

Superada esta questão, verifico que a sentença vergastada denegou a segurança não por motivo de pendências de ordem fiscal, mas sim por falta de documentos comprobatórios a elucidar a lide em sede de *mandamus*, o qual pressupõe, pela sua própria natureza de instituto processual especial, a existência de direito líquido e certo.

Na verdade, a suspensão da inscrição municipal da empresa fundamentou-se na inconsistência das informações prestadas quanto ao endereço de sua sede, vez que aquele indicado na documentação apresentada corresponde ao de um imóvel atualmente de propriedade pública, de sorte que a negativa de autorização para emissão de documentos fiscais se revelou uma questão de cautela da administração e, portanto, plenamente justificada.

Neste diapasão, confira-se:

Mandado de Segurança - Reativação da Inscrição Estadual - CAD/ICMS - Concessão - Decisão "a quo" precipitada - Inexistência dos requisitos mínimos -

12

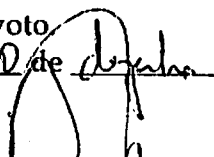
243/ 151 m  
Empresa inativa - Nota fiscal - Endereço inexistente - Cautela da receita estadual necessária - Documentos probatórios suficientes de irregularidades - Decisão reformada - Segurança cassada - Apelo provido (TJPR, RNAC 143440-0, 4CC, Rel. Des. Wanderlei Resende, DJ 20/10/2003).

Ademais, em grau de recurso a apelante resolveu inovar no pedido, fazendo referência para que seja restabelecida à inscrição municipal enquanto que na exordial à liberação da AIDF, em colisão com o artigo 517, *caput* do CPC.

Portanto, correta a decisão do juízo singular que entendeu não ser possível o deferimento do pleito, à mingua de comprovação do alegado, sendo certo que a empresa encontra-se com sua inscrição municipal suspensa, em face do disposto no art. 7º, do Decreto Municipal nº 055/2006.

Diante do exposto, nego provimento ao apelo para manter a sentença vergastada *in totum*.

É como voto.

Recife, 10 de  de 2009

**Des. Ricardo Paes Barreto**  
**Relator**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

244  
152  
m

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

Acompanho o voto do Relator.

---

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Também acompanho o Relator.

---

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, IMPROVEU-SE O APELO".

---

*hik*